

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV

Aos dezenove dias do mês de Março de dois mil e dezoito, às dezoito horas e seis minutos, no plenarinho da Câmara Municipal, reuniram-se os Conselhos Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente e servidores, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos.

Pauta do dia: leitura de ata do dia 5 de Março de 2018; relatório anual do Conselho Fiscal 2017 e referente ao mês de Janeiro de 2018; devolutiva do Comitê de Investimentos sobre o patrocínio do curso CPA10 destinado a servidores; apresentação do Comitê de investimentos : arbitragem renda fixa x renda variável , estudo realiado da carteira da ordem em 5% e reavaliação dos investimentos na Icatu – Sr Ronaldo; Compliance: apresentação do Sr Fernando Rodrigues da Silva – Superintendente do IPREM – SP; apresentação do novo site e informações sobre a pesquisa de preços realizados para realização do censo dos servidores ativos - Sr Guimarães; apresentação e entrega de documentos pelo Diretor Presidente , relacionados ao auto de vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB , de contratos de prestação de serviços terceirizados como empresa de limpeza, recepcionista , assessoria de imprensa, etc, realizados ou renovados nesta gestão e apontados no relatório do Conselho Fiscal e agendamento de reunião extraordinária.

Para m d
Wacis
Jo
N
Go
J. J. Gr
Jo

O Presidente do Conselho iniciou a reunião realizando a leitura da pauta pré-estabelecida.

Primeiro item da ordem do dia: sobre a leitura da ata, os presentes por unanimidade optaram pela sua dispensa, visto a ciência da mesma previamente. Eliete pediu a palavra e solicitou que gostaria de realizar a leitura da parte final da ata, uma vez que cerca de 30 minutos finais da reunião não foi gravada, enfatizando a importância do registro desta na forma gravada, que em linhas gerais voltou-se as votações quanto aos aspectos apontados pelo Conselho Fiscal, proposta esta aceita pelos demais conselheiros. Desta forma, após a leitura dessa parte da ata a mesma foi aprovada por todos os conselheiros.

Segundo item da ordem do dia: Quanto a exposição do relatório final do Conselho Final/ 2017, ficou estabelecido que será apresentado na segunda reunião do mês de Abril (dia 16) juntamente com o relatório do mês de Fevereiro. Ligian iniciou então a apresentação do relatório referente ao mês de Janeiro/18, citando que os repasses provenientes da Prefeitura e Câmara com competência de 12/2017 se efetivaram em 08/01/18 no valor de R\$ 8.333.838,62 e no dia 05/02/2018 no valor de R\$ 190.052,86, respectivamente. Sobre o parcelamento de débitos previdenciários explicou que foi pago a parcela de número 30 em 25 de Janeiro do corrente ano, no valor de R\$ 549.898,10, ressaltando que estes valores foram calculados sobre o contrato de parcelamento anterior e que por sua vez não contempla os valores reais em atraso. A seguir citou que a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas correspondeu a R\$ 5.772.060,40 e R\$ 446.924,34 respectivamente.

Para Maria
Maria

Jo
u
Fabo

J.
SA

SA
O

Em relação ao valor pago aos aposentados Ligian citou que comparando-se ao pagamento de Dezembro/2017, calculou-se um aumento aproximado em 40%, lembrando que se contou com 29 processos de aposentadorias em Janeiro. Já o valor gasto com a folha de pagamento de pensões subiu aproximadamente 10%. A folha de pagamentos dos ativos totalizou R\$ 108.1256,20 . Seguindo, citou que a folha com afastados reduziu em aproximadamente em R\$ 86.000,00, totalizando um gasto de R\$ 571.175, 96. A carteira de investimentos fechou o mês de Janeiro /2018 com R\$ 1.106.143,06, ressaltando as perdas dos FIDCs, imobiliários e em quase todos os FIPs. Observaram ainda a inclusão dos investimentos aprovados em Dezembro/17, anexando ainda as atas do Comitê de Investimentos para análise. Eliete pediu a palavra e questionou se os resultados dos fundos aprovados foram positivos , o que fez Ligian responder que não puderam visualizar ainda , visto apresentarem-se somente o valor aplicado, sugerindo assim verificar a carteira no mês de Fevereiro. Sandra então questionou se o aumento que teria se efetivado estaria relacionado com o aumento do salário do Prefeito e com isso os salários dos servidores inativos que estariam "batendo este teto" anteriormente, tendo a resposta positiva de Ligian, acrescentando ainda que acreditava que o valor a mais correspondeu a 1 milhão e meio de reais. Ligian ainda acrescentou que era importante deixar claro que muitos servidores acham que o valor em caixa de 1 bilhão, é um valor significativo, porém diante do numero crescente de aposentadorias a tendência é aumentar, sendo complementada pela Sandra que a compensação previdenciária não trará grandes retornos em breve. Ligian pediu a palavra e lembrou do valor liquido de despesas do mês de Janeiro /18, que correspondeu a R\$ 8.403.000,00, sendo que o valor repassado pela Prefeitura totalizou R\$ 8.333.838,62, o que sinaliza que se o Instituto não

Para m
maria

Jo

Fabio

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

contasse com a Comprev, já teria que se utilizar o capital, o que prova mais uma vez que não se contará com dinheiro sobrando para novas aplicações, somente remanejamentos, reiterando a importância de ser pensando na Pauliprev em qualquer que seja a ação tomada na Prefeitura. Sobre os processos de empenhos, Ligian citou que foram analisados e que os questionamentos pertinentes foram comunicados à Diretora Executiva para serem analisadas na próxima reunião do Conselho Fiscal, evidenciando o gasto de R\$ 7.300,00, referente a serviços de vistoria e manutenção elétrica sem apresentação de três orçamentos e descrição detalhada dos serviços além da falta de frequência e holerites no processo de empenho da terceirizada Certame, documentos estes segundo informações que estariam vindo via correio. Finalizando, citou que não teriam recebido os relatórios de atividades dos prestadores de serviços da Assessoria de Imprensa e do Apoio na área de informática, informando ainda que os documentos emitidos pelo Instituto continuam a sair com o endereço antigo, devendo assim ser atualizados. Eliete então pediu a palavra e questionou o Diretor Financeiro se a área de envio de documentos ao Contador corresponderia a sua Diretoria, uma vez que o Contador vem montando as pastas de empenho, tendo a resposta positiva, o que fez a mesma questionar do porque da demora de ser enviado ao mesmo já que trata-se de dois meses anteriores. Eliete então retomou as falas dos conselheiros fiscais que sempre apontam a existência de ausências de documentos no momento de avaliarem as pastas. Luciano citou que este ano começaram a colocar em prática uma nova ação, onde a Marcia Conde vem contribuindo na verificação prévia dos documentos, salientando ainda a dificuldade no mês de Fevereiro, o Departamento contava somente com a Amanda e o mesmo, lembrando ainda que Amanda também auxilia em outros

Marcia M
Marcia

Jo

M. Fabo

J. Sr

Jo

setores do Instituto, portanto contando desta forma com ausência de mão de obra, acreditando no entanto que no próximo mês isso seja resolvido. Márcia Ambrozini manifestou-se citando que mesmo a Márcia Conde comparecendo na semana anterior a avaliação das contas, na segunda feira quando o Conselho Fiscal se reuniu necessitaram retornar na sexta feira para finalizar tais avaliações, uma vez que não continha todos documentos necessários. O Diretor Presidente então citou a carência de pessoal . Iria pediu a palavra e enfatizou o processo de terceirização que vem se efetivando, relatando o número elevado de novos funcionários através da Cismet na Prefeitura, questionando as conselheiras e Sindicato a respeito das suas posições frente ao fato. Eliete citou que as conselheiras cobraram bastante o Sindicato e ao mesmo tempo lhes foi apresentando a resposta do MP mediante ao documento protocolado inclusive com abaixo assinado pelo Sindicato , onde o MP não entende este processo como terceirização. Além disso explicou diante das dificuldades de contatar o Prefeito, vem tentando conseguir uma reunião com o mesmo, visando apresentar este e outros assuntos que vem dificultando as atividades do Instituto. A seguir citou que não vem verificando saídas , reiterando a resposta mais uma vez do MP e portanto a necessidade da criação de alguma estratégia que não prejudique os cofres da Pauliprev e aposentadorias diante da ausência de novos concursados. Sandra pediu a palavra e devolveu a questão à Iria, uma vez que a mesma possui vasta experiência de atuação no Sindicato assim como de vários anos no Conselho Administrativo da Pauliprev, questionando a a mesma o que sugeriria que o Conselho fizesse, reiterando a fala da Eliete , acrescentando ainda que infelizmente há coisas que foge do poder do Conselho, lembrando o receio que muitos servidores percam a aposentadoria e outros ainda não a recebam, sem contar

Marcia M R
Marcia
Jo

M. Fab
[Signature]
[Signature]

que hoje a terceirização virou Lei Federal no serviço público, questionando a então o que fazer. Iria então citou da necessidade de continuar na luta, avaliando a necessidade de fazer uma mobilização e ir as ruas com servidores, lembrando do compromisso assumido pelo Prefeito com a Pauliprev e que o mesmo não vem assumindo. Ainda salientou da necessidade do Diretor Presidente assumir essa briga com o servidor , lembrando que a esposa do mesmo é servidora pública e portanto a necessidade deste apoiar este movimento e comprar essa briga com os servidores, pois não se terá dinheiro para pagar futuramente todas as aposentadorias. Salientou a importância de se buscar saída em outra esfera ,já que na municipal não vem contando com sucesso, lembrando ainda Sandra que seu esposo é advogado e que teria atuado no Sindicato. Sandra citou que teria contado com a orientação do mesmo em buscar o Ministério Público, porém o resultado já era de conhecimento de todos. Cláudia do Sindicato pediu a palavra e citou que o Sindicato além da denuncia e abaixo assinado , do debate com o Prefeito onde este assumiu o compromisso , o Sindicato vem colocando este assunto na pauta da campanha salarial, como já foi apresentado em anos anteriores, considerando que isto também está colocando em risco o futuro da aposentadoria do servidor, lembrando ainda que espera que o Executivo cumpra os compromissos assumidos ,uma vez que na hora de pedir votos se comprometeu com a paridade, a não terceirização, cuidar do patrimônio do servidor, porém não é isso que vem acontecendo. A seguir o Diretor Presidente expos que o mesmo faz cobranças , e acrescentando que sempre Ligian teria citado da existência de pendências de pagamentos em relação aos afastados,porém não se conseguia identificar tais valores. Assim , citou que nos anos de 2014, 2015 e 2016 não foi realizado o recolhimento da parte patronal em relação ao auxilio doença , que

Sandra M. A.
Maria

Jo

M. Fabo

Jo

Jo

totalizou R\$ 65.387.000,00, sendo que já teria recolhido guias e enviado à Prefeitura. Explicou a seguir que considerando o atraso, a dívida envolve os cálculos de IGPMI, juros 1%/mes e multa de 2% aumento portanto em torno de 60% do valor original. Com isso o Diretor Presidente citou que vem fazendo cobranças, não somente em relação a dinheiro, mas também em relação a situação de número de aposentados e as novas contratações sem ser via concurso, citando da sua apresentação em relação a esta questão no Conselho e reiterando os reflexos dessas questões no futuro, inclusive da ausência de parcelamentos desses valores em gestões anteriores, necessitando assim da contribuição, seja patronal e de novos servidores, para que o cálculo atuarial seja no mínimo equilibrado. O Diretor Presidente finalizou citando que o Conselho Fiscal já teria apontado tal questão, porém não continha dados precisos, o que fez a Diretoria Executiva realizar tal levantamento. Ligian citou que os anos 2014, 2015 e 2016 corresponderam as gestões do Edson Moura Jr e os dois últimos José Pavan, agradecendo portanto a realização de tal levantamento. Sinalizaram também a questão do abono de R\$ 1000,00 que segundo a Ligian pela conta por cima de Reginaldo corresponderia aproximadamente R\$ 8.000.000,00/ ano, lembrando que não incide contribuição. Eliete então questionou o Diretor Presidente qual seria a dificuldade do Prefeito receber os conselheiros e se a secretária do mesmo não teria oferecido resposta quanto a sua solicitação. O Diretor Presidente citou que não teria resposta quanto a questão do não agendamento e que estaria cobrando-a novamente sobre a data solicitada já que a mesma não contactou-o. A seguir citou que não é porque não é servidor que não defende o Instituto, ressaltando no entanto que há dois motivos que fazem o mesmo defendê-lo: primeiro por estar no comando do mesmo, sendo portanto sua obrigação e segundo por sua esposa ser servidora, ou

Pavan
Merie

Jo

Edson
Fabio

[Signature]

[Signature]
0

seja, estará defendendo também a aposentadoria da mesma, não buscando desta forma fazer qualquer coisa que atrapalhe o futuro do servidor, que não realizar a defesa do Instituto estará realizando improbidade administrativa, portanto quer estaria preocupado com as contas da Pauliprev Nara então o questionou que se esse novo débito teria que ser parcelado, sendo respondido que não consta de um parcelamento , somente com uma divida em aberto, porém a Prefeitura não contará com este montante para pagar a Paulliprev, lembrando que a ordem passiva seria prioritário. Nara ainda questionou identificado essa divida em aberto ,quem deveria ter cobrado, porque não foi pago. Seguindo o Diretor explicou que quando o servidor é afastado, o responsável pelo seu pagamento é a Pauliprev, porém a contribuição patronal é da Prefeitura, porque a Pauliprev é somente responsável pelo benefício .Nara expôs que além do Instituto estar sendo lesado, a Prefeitura também sofrerá com esta situação, uma vez que deverá pagar com juros e correção, por uma inadequação realizada em outro período, questionando senão haveria outras medidas a serem feitas. O Diretor Presidente completou que desde Janeiro de 2017 esta contribuição está sendo paga em dia, sendo interrompido pelo Valmir que este assunto deveria ter um encaminhamento a partir de uma conversa com o Prefeito, sendo que a forma como cobrar caberia uma definição do Conselho, o que fez Eliete sugerir uma reunião extraordinária com este assunto com a máxima urgência.

Terceiro item da ordem do dia: sobre o curso CPA10 , Luciano informou que o Ronaldo da LDB estaria autorizado a ministrar o curso, necessitando assim definir a data com o mesmo. Ronaldo então sugeriu que ocorresse no mês de Abril . Eliete então questionou quem teria sido o patrocinador do mesmo, tendo como resposta do

Nara M A

*Jo
maria*

*11
J. F. F. F.*

*SM
JO*

Diretor Financeiro a empresa Vinci. Sandra então questionou como se efetivaria esta divulgação, carga horária, inscrição, local, sendo complementada por outro conselheiro quanto ao número de vagas. Ronaldo então citou que não teria limite de público, o que fez alguns conselheiros questionarem o grau de aproveitamento de um público muito grande. Ronaldo ainda lembrou da necessidade do servidor estar disponível durante três dias seguidos ou em dias alternados (uma vez por semana por exemplo) no horário das 8:30 às 17 hs para que tenham inclusive direito a certificado. Ligian lembrou da necessidade de se organizar com os Secretários, para que possa liberar o servidor interessado. Sandra ainda questionou se poderia ser de Sábado, assim o servidor não necessitaria contar com a liberação do trabalho, tendo a resposta positiva do Consultor, porém avaliando que não teria adesão satisfatória. O Presidente do Conselho então sugeriu que o assunto fosse discutido posteriormente para devidas adequações.

Quarto item da ordem do dia: O consultor Ronaldo iniciou sua fala apresentando através de data show, de forma sucinta o cenário macroeconômico, tendo como slide seguinte a tabela de juros real datada de 14 de Fevereiro, onde a curva de juros real calculada pela ANBIMA projeta uma taxa de juros real de 5,09% a.a. para 10 anos. Seguindo, destacou que em 2017 o IPCA foi de 2,95% a.a abaixo do limite inferior da meta inflacionária, ressaltando que a inflação projetada para 2018 (3,95% a.a) e 2019 (4,25% a.a) estão abaixo do núcleo da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Com isso através da Boletim Focus de 12 de Janeiro do corrente ano, expos que considerando a maioria dos investimentos atrelados a SELIC, seria interessante aumentar o grau de risco pausadamente principalmente em fundos de ações ou multimercados, visando desta

Marcio
Sandra M

Jo

Jo
Jo

Jo

Jo

forma alcançar esta meta atuarial. Apontou a Resolução CMN 3922/10 alterada pela Resolução CMN 4604/17, ressaltando o Art.1º, destacando seu parágrafo 1º, inciso I e IV, onde destacou que a intenção do legislador ficou claro em dar uma boa dica a todos os RPPS, que devem, por exemplo, efetuar um Estudo de Casamento do Ativo com o Passivo, também conhecido como Estudo de *ALM (Asset Liability Managemet)*, visando garantir o cumprimento de suas respectivas obrigações atuariais. A seguir citou da criação da Portaria MF 577, de 27 de Dezembro de 2017, que agora oferecer prerrogativa de compra do título do Tesouro Nacional, enfatizando desta forma seu Art 16, em seu inciso VIII, parágrafo 2º nos incisos I a IV além de seu parágrafo 3º. Em relação ao Art. 4º, ressaltou a questão de riscos e ao mesmo tempo expos a efetivação da Pró gestão (Portaria SPREV Nº 3) que até então encontrava-se adormecida, Manual este composto de 62 páginas com tarefas a serem realizadas, sendo comparado pelo Diretor Presidente que corresponderia a ISSO 9000. A seguir fez explanação sobre qual Título Publico deveria ser comprado, referendando o NTN-B. Explicou sobre a Marcação a Mercado já pensando nos investimentos, apresentando as diferenças de marcar o título na curva e no mercado. Em relação a Pauliprev, o consultor apresentou que o patrimônio fechado em Janeiro /18 correspondeu a R\$...... 1.085.329.632,36, relatando a força tarefa realizada visando realizar adequações em mapas, tarefas de gestões anteriores mantendo as contas quites com o Ministério da Previdência e Tribunal de Contas. Lembrou a seguir a elaboração da Política de Investimentos no ano anterior e que diante a nova Resolução CMN 4604/17 no caso das renda fixa, o Instituto encontra-se desenquadrado em 3,02% (somente FIDC fechado) ressaltando ainda outras adequações, visto outras alterações diante a nova Resolução. Foi ainda explicado que

Manoel
para M
Jo
✓
Elo
Jo
Jo

diante das dificuldades de enquadramento, frente a existência de fundos problemáticos, onde será passível de justificativas. Em relação a renda variável, apontou mudanças necessárias no fundo de renda variável passivo, sendo que segundo a mesma Portaria, a Pauliprev encontra-se desenquadrada em 0,8%. Finalizando, apresentou uma tabela comparativa da Quantum em relação a 6 fundos de investimentos, onde apontou que a Icatu Dividendos contou com melhor rentabilidade em relação aos demais no período de Março /17 a Março/18 (28,20%). O Diretor Financeiro enfatizou a questão de se necessário se realizar essa movimentação em até 5% de renda fixa para renda variável, pedindo autorização para fazer estes estudos. A seguir citou a existência de 33 milhões na conta da CEF advindo do COMPREV, sendo que o mesmo encontra-se aplicado no fundo IFRM1 e que o Comitê vem pleiteando a mudança para Fundo multimercado da própria CEF, ficando então estabelecido o envio via email de informações sobre tal fundo para que na próxima reunião essa questão pudesse ser deliberada. Em relação ao fundo (PYXIS) que encontrava-se desenquadrado, explicou que diante da realização de uma Assembleia, sugeriu realocação dentro da Instituição que auxiliou a Pauliprev neste processo de mudança de retirada da PYXIS, que constitui o Brasil Plural. Rodrigo então questionou se a Pauliprev seria obrigada a efetivar tal investimento junto aos mesmos, tendo a resposta do Luciano que não necessariamente. O Diretor Financeiro explicou então que partiu da Pauliprev e de Uberlândia essa solicitação, visto que detém juntos mais que 50% desse fundo, optando -se em realizar liquidação e imediatamente liquidação dos ativos que existia, sendo que 50% de Títulos Públicos, sendo o restante de ativos ilíquidos. Assim foi realizado um acordo onde seria solicitado junto a CVN a movimentação e eles ficariam "tocando" essa parte ruim, devolvendo no entanto a parte de

Marcia
Pauliprev

Jo

Fabio

J

SP

Jo *SP*

Títulos Públicos. O Diretor Presidente pediu a palavra e explicitou todo o histórico e processo efetivado neste caso. Eliete então questionou se não seria realizada a reavaliação da aplicação na Icatu conforme estabelecido em reunião no mês anterior, dinheiro este proveniente do Pacífico, situação esta acordada pelo Valmir e Nara. Luciano citou que teria enviado relatórios sobre os diferentes fundos de dividendos justamente para que fosse possível realizar tais avaliações. Com isso Eliete se pronunciou da importância dos conselheiros se manifestarem diante do que avaliaram, ou seja, manter ou não no Icatu. Valmir e Fernando se posicionaram que diante dos números apresentados não seria hora de mudar. Rodrigo também concordou com a questão. A seguir o Presidente do Conselho questionou cada conselheiro se teriam algo para se manifestar, não contando com novos apontamentos. Eliete então citou que não teria conseguido abrir parte da carteira, visto que por solicitação do administrador do fundo, a identificação de alguns ativos teriam sido omitidos ao público, o que a fez questionar do porque dessa omissão, o que fez Ronaldo concordar que de fato a informação estava incompleta. Assim, o Luciano ficou de enviar aos conselheiros via a carteira da Icatu aberta para ciência de todos.

Quinto item da ordem do dia: Considerando a ausência do Sr Fernando do IPREM – SP este assunto ficou adiado para outra oportunidade. Eliete então solicitou mais informações sobre o assunto Compliance, sendo que o Presidente do Conselho e Rodrigo citaram que este assunto já teria sido apresentado rapidamente em outra reunião. O Diretor Presidente então citou que o Sr Fernando buscaria apresentar um modelo de gestão pautada na excelência e transparência, assim como tirar eventuais dúvidas.

marie
Nara m

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Sexto item da ordem do dia: Em relação a AVCB, O Diretor Presidente citou que não teria conseguido todos os documentos pertinentes, solicitando então que fosse apresentada na próxima reunião ordinária no mês de Abril, porém apresentou uma cópia de todos contratos que foram solicitados, o que fez Eliete questionar se os mesmos continham os Editais, tendo a resposta negativa da funcionária Nivia . Eliete então lembrou que foi registrado em ata que foi solicitado o Edital da Assessoria de Imprensa, tendo conversado ainda com o Presidente do Conselho via grupo whatsapp. Com isso ficou estabelecido que esse assunto seria discutido na próxima reunião ordinária, sendo que seria enviado via email, os contratos e seus Editais, assim como os orçamentos para realização do censo, ficando o Presidente do Conselho responsável do envio desses documentos à todos conselheiros para análise prévia.

Sandra questionou o Diretor Presidente se a Diretora Adriana estaria de férias e o tempo do mesmo, tendo a resposta positiva e que corresponderia a 20 dias. O mesmo ainda informou que a funcionária Nivia vem respondendo no período de férias da Diretora Administrativa pela área administrativa.

Sétimo item da ordem do dia: O Diretor Presidente apresentou através de data show um esboço do que deverá ser o novo site do Instituto, este criado pelo o mesmo. Ressaltou que não estaria completo , porém apontou a janela que poderá contar frente a situações de caráter emergencial (concurso, recadastramento do servidor) .Seguindo citou que no espaço denominado downloads contará com as APR, vídeos, atas, enfim todos os documentos de informação da Pauliprev, ressaltando ainda que posteriormente

Nuvia

Adriana

[Signature]

Fabio

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

quando se possível contar com o Compliance, poderá também o site contar com links para cada tipo de situação para que os servidores tenham condições de fazer suas próprias avaliações. A proposta é que através do site não se precise mais fornecer documentos, pois todos poderão ser obtidos através do site, sendo que somente se efetivará requerimentos quando não se apresentar no mesmo. Seguindo citou que vários documentos do Instituto (exemplificando: compensação previdenciária, balancetes, os auxílios doenças em breve, etc) vem sendo publicados no Semanário como também será neste site, portanto semelhante ao desenvolvido hoje pela Câmara. Eliete o questionou se os empenhos vem sendo publicados no Semanário, lembrando dos problemas ocorridos nos anteriores, tendo a resposta que já os funcionários já foram orientados para que isso ocorresse. Ainda completou que a partir do Compliance, todo dado novo ao ser inserido no sistema automaticamente será encaminhado à um relatório que será publicado todos os dados referentes ao mês anterior. Eliete a seguir o questionou sobre quem realizará a manutenção do sistema, tendo a resposta que enquanto o mesmo estiver no Instituto, este o fará assim como todos os funcionários, porém com sua saída passará a ser responsável, o que fez Eliete novamente questionar se a empresa Apoio neste quesito não mais atuaria. O Diretor Presidente então expos que a situação deveria ser pontuada em duas partes: uma seria a manutenção e explicou que o site que o Instituto possui hoje é estático, necessitando ser um programador para inserir dados, que através do acesso do provedor do site será inserido através de links. Iria questionou se haveria o simulador de aposentadoria, tendo a resposta positiva, acrescentando ainda que isso será possível através do Compliance. Fábio ainda citou que será necessário pagar a hospedagem do site mensal ou anual, aspecto este que se manterá.

maria
Ana M

Jo

Fábio

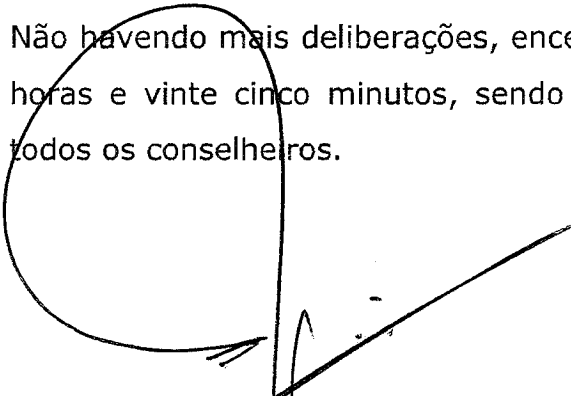
J. S.

SP

E

Oitavo item da ordem do dia: quanto a reunião extraordinária Eliete lembrou que um dos assuntos corresponderia a questão da deliberação da Clínica para realização das juntas médicas. Neste momento o Diretor Presidente citou que não mais necessitaria, uma vez que com o aumento do salário dos médicos, Dr Alvaro retornará ao trabalho de junta que vinha realizando. Eliete então enumerou como assuntos para esta reunião extraordinária: 1- a questão de terceirização x redução de inserções de novos funcionários ,2- a operacionalização do curso CPA10 e 3- mudança de conselheiro para atuar com secretária do Conselho. Desta forma, definiu-se que a reunião ocorrerá dia 26 de Março na Pauliprev às 18 horas.

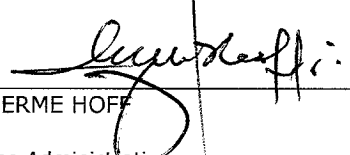
Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião às vinte horas e vinte cinco minutos, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.



FERNANDO JOSÉ ROVER
Presidente Cons. Administrativo




ELIETE MARIA DA SILVA
Secretária Cons. Administrativo

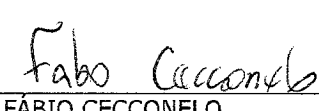


GUILHERME HOFF
Conselho Administrativo

LIGIAN REGINA KALVON
Conselho Fiscal



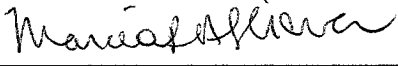
RODRIGO SALVIANO DE SOUZA
Conselho Administrativo



FÁBIO CECCONELO
Conselho Fiscal


REGINALDO APARECIDO NAVES

Conselho Administrativo


MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA

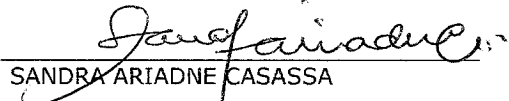
Conselho Fiscal


NARA MARTINS MORETTI

Conselho Administrativo

MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

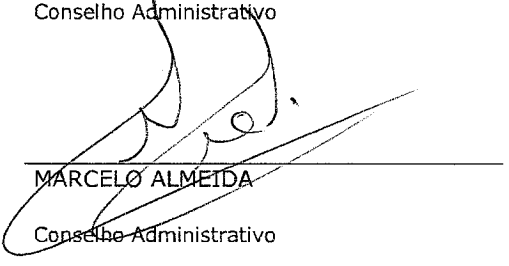
Conselho Fiscal


SANDRA ARIADNE CASASSA

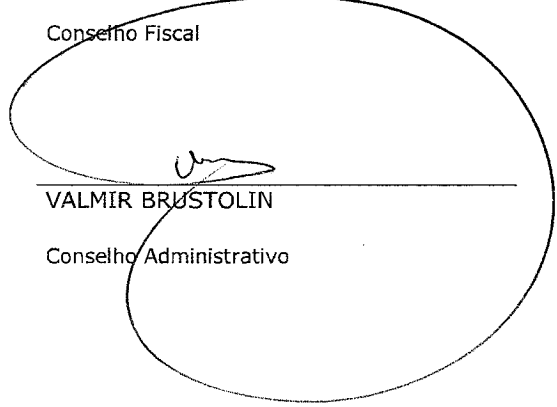
Conselho Administrativo

ADILSON DE ALMEIDA LIMA

Conselho Fiscal


MARCELO ALMEIDA

Conselho Administrativo


VALMIR BRUSTOLIN

Conselho Administrativo

**Ao
PAULIPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
DE PAULÍNIA**

C/C Conselho Administrativo

Paulínia, 16 de março de 2018.

Nós, membros eleitos e indicados do Conselho Fiscal, informamos:

1. Os **REPASSES** provenientes da Prefeitura Municipal de Paulínia e Câmara Municipal, com **competência 12/2017** foram efetuados respectivamente em 08/01/2018 no valor de **R\$ 8.333.838,62** e em 05/02/2018 no valor de **R\$ 190.052,86** conforme comprovantes em anexo.
2. O **PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS** foi pago no dia 25 de janeiro (parcela n. 030) no valor de **R\$ 549.898,10**, porém com valores calculados sobre o contrato de parcelamento anterior e que não contempla os valores reais em atraso.
3. As despesas com a folha de pagamento dos **APOSENTADOS E PENIONISTAS** totalizaram **R\$ 5.722.060,44** e **R\$ 446.924,34** respectivamente. Houve um aumento de aproximadamente **40%** no valor da folha de aposentados devido ao número elevado de aposentadorias concedidas em janeiro de 2018 (29). O valor gasto com a folha de pensões subiu aproximadamente 10%. A folha de pagamento dos **ATIVOS** totalizou **R\$ 108.256,20**.
4. A despesa com pagamento de **AFASTADOS** reduziu em aproximadamente R\$ 86.000,00, totalizando um gasto **R\$ 571.175,96**.
5. A **CARTEIRA DE INVESTIMENTOS** fechou o mês de **JANEIRO de 2018** totalizando **R\$ 1.106.143.131,06**, onde pudemos observar perdas em alguns FIDCs, Imobiliários e em quase todos os FIPs. No demonstrativo de janeiro pode-se observar a inclusão dos investimentos aprovados em dezembro de 2017. Anexamos as atas do Comitê de Investimentos nº s 11/17 e 01/18 para análise.

6. PROCESSOS DE EMPENHO/JANEIRO/2018

- 6.1. Os processos de empenho foram analisados e os questionamentos pertinentes foram comunicados a Diretoria Executiva para serem analisadas na próxima reunião do Conselho Fiscal, evidenciando o gasto de R\$ 7.300,00 referente a serviços de vistoria e manutenção elétrica sem apresentação de três orçamentos e descrição detalhada dos serviços realizados; além da falta de frequências e holerites no processo de empenho nº 11/2018 – Certame – Serviço de limpeza terceirizado.
- 6.2. Este conselho não recebeu relatório de atividades dos prestadores de serviços de assessoria de imprensa, nem serviços de informática (APOIO) como solicitado anteriormente.
- 6.3. Reiteramos que os documentos emitidos pelo instituto continuam a sair com endereço antigo e devem ser atualizados.

Atenciosamente,


LIGIAN REGINA KALVON
Presidente


ADILSON ALMEIDA LIMA
Conselheiro Fiscal


MARCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS
Conselheira Fiscal


FABIO CECCONELO
Conselheiro Fiscal


MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA
Conselheira Fiscal



Pauliprev
Garantindo seu futuro

WLD B
E M P R E S A S

PAULIPREV

Dia 19 de Março de 2018

Horário: 18:00 h



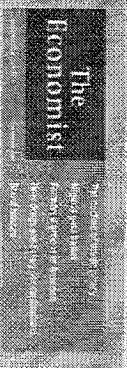
Handwritten signature or initials in the top right corner.

**CENÁRIO
MACROECONÔMICO**

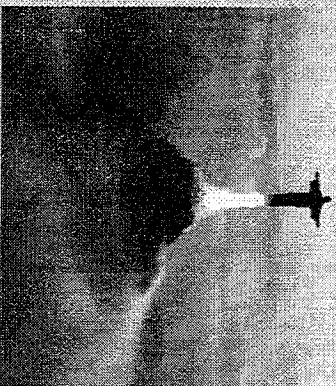


[Handwritten signature]

ECONOMIA BRASILEIRA: ESTAGNADA NA PIOR CRISE DE SUA HISTÓRIA

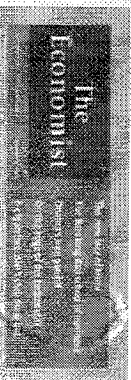


Brazil takes off



2009

“Decolou”

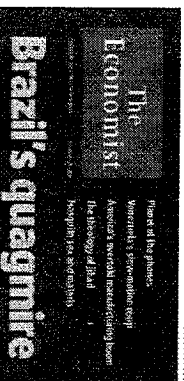


Has Brazil blown it?

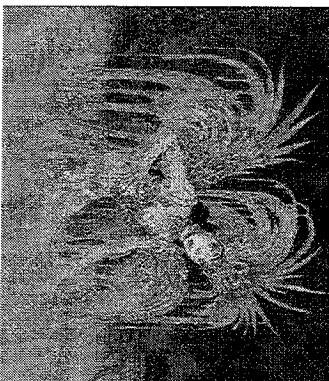


2013

“Explodiu”



Brazil's quagmire



2015

“Atoleiro”



The betrayal of Brazil

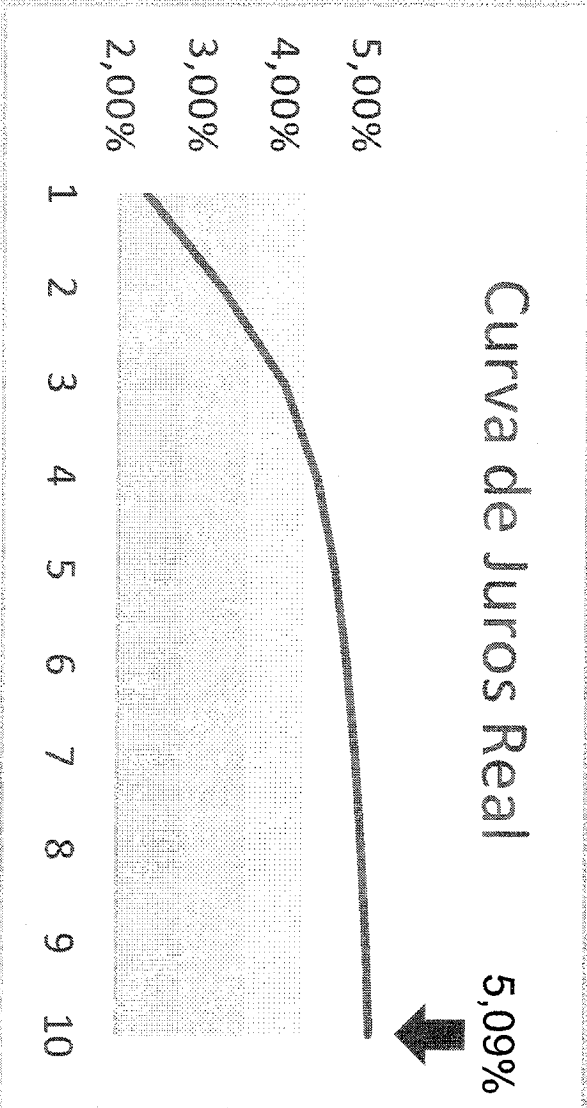


2016

“Traição”

TAXA DE JUROS REAL: 14/02/2018

Taxa de Juros Real: A curva de juros real calculada pela ANBIMA projeta uma taxa de juros real de 5,09% a.a. para 10 anos.



| RELATÓRIO
| FOCUS



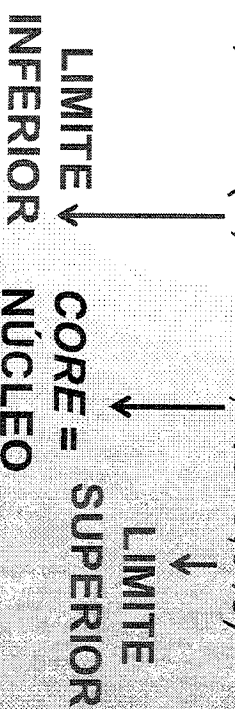
INFLAÇÃO (IPCA)



* Em 2017 o IPCA foi de 2,95% a.a. abaixo do limite inferior da Meta Inflacionária.

* A Inflação projetada para 2018 (3,95% a.a.) e 2019 (4,25% a.a.) estão abaixo do núcleo da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Meta Inflacionária: 4,5% (+) ou (-) 1,5% = (3,0% < 4,5% < 6,0%)



BOLETIM FOCUS: 12/01/2018



BOLETIM FOCUS BANCO CENTRAL

INDICADORES DE MERCADO	2018	2019
	12/01/2018	12/01/2018
IPCA	3,95%	4,25%
IGPM	4,44%	4,30%
CÂMBIO (R\$/US\$)	3,35	3,40
SELIC	6,75%	8,00%
PIB	2,70%	2,80%
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3,20%	3,00%

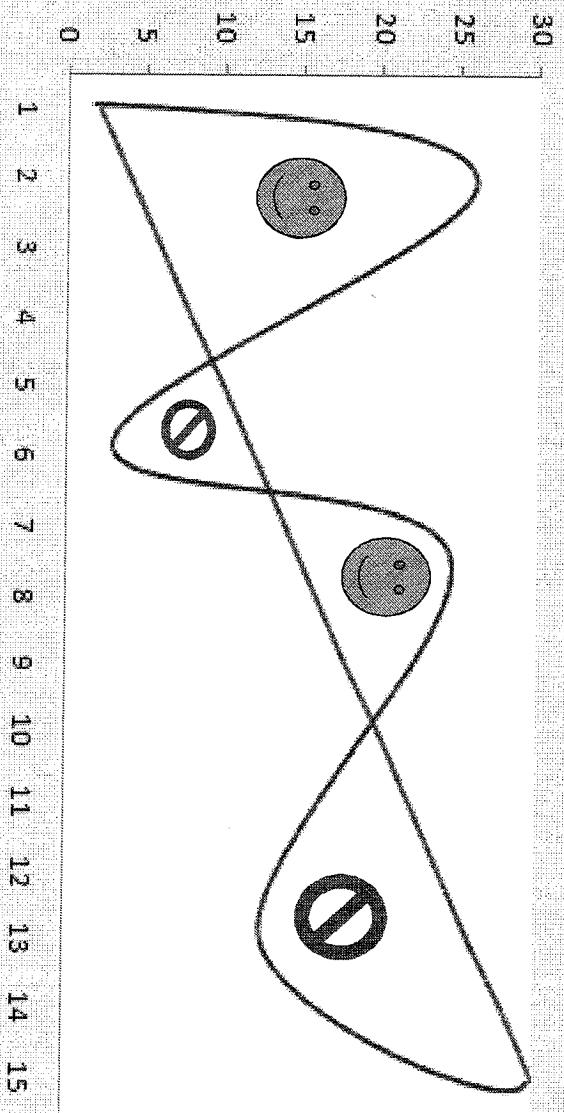
ATIVO
X
PASSIVO



ATIVO: RISCO DE MERCADO x PASSIVO: MARCADO NA CURVA



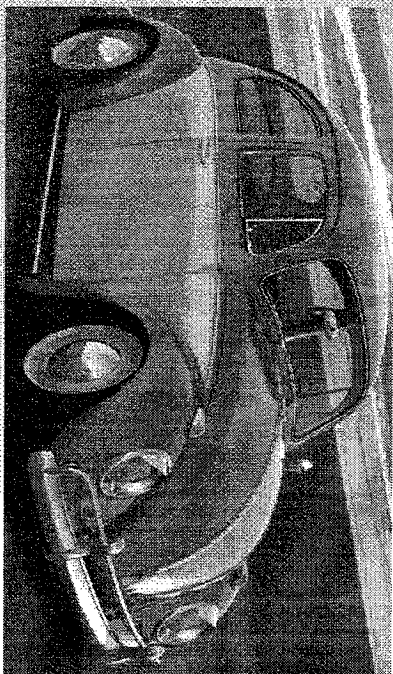
CURVA X MERCADO



SÉRIO PROBLEMA PARA OS RPPS: ATIVO X PASSIVO

LDDB
EMPRESAS

* ATIVO (A MERCADO)



* PASSIVO: META ATUARIAL
(NA CURVA): INPC + 6% a.a.



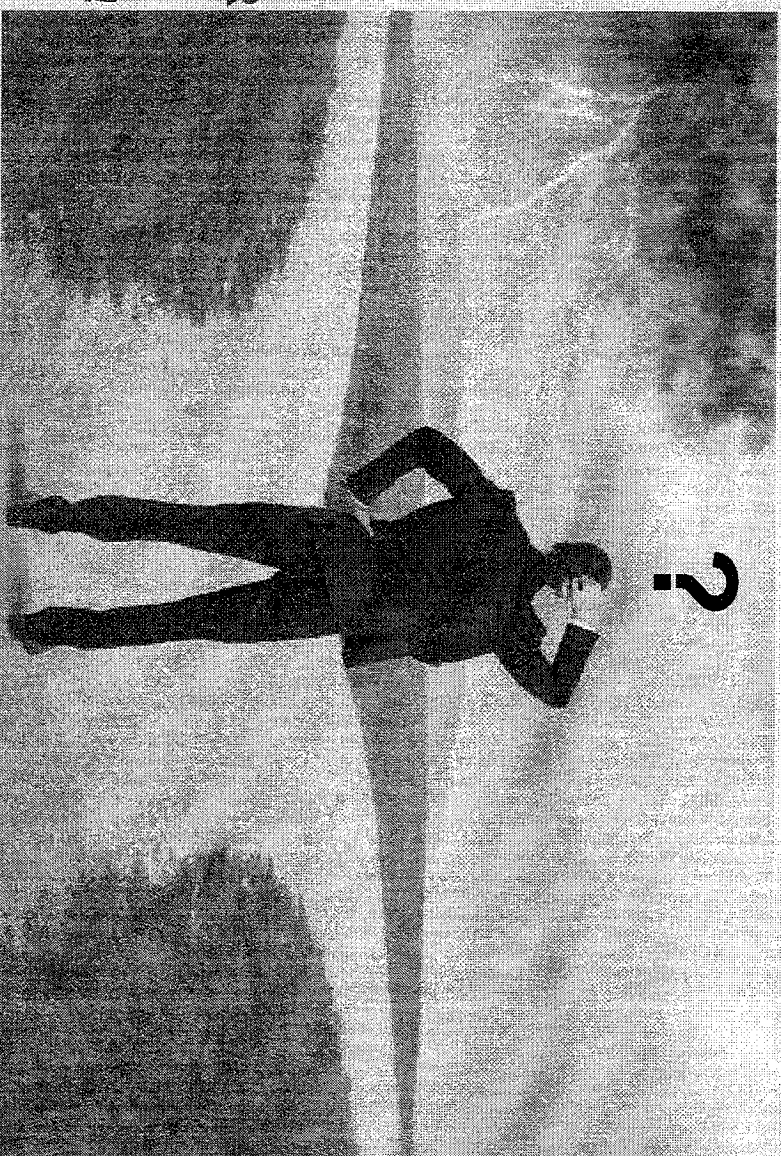
ATIVO > PASSIVO = SUPERÁVIT

ATIVO < PASSIVO = DÉFICIT

ATIVO = PASSIVO = ESTÁ CASADO = OK!

SÉRIO PROBLEMA PARA OS RPPS: ENCRUZILHADA!!

LDB
EMPRESAS



**“JOGAR A
TOALHA!!”**




**NÃO VOU
CONSEGUIR
BATER A
META
ATUARIAL!!!**

**“ARREGASSAR
AS MANGAS!”**



**ASSUMIR UM
POUCO MAIS
DE RISCO, EM
BUSCA DE
MAIOR
RETORNO!**



**RESOLUÇÃO CMN Nº 3.922/10
ALTERADA PELA
RESOLUÇÃO CMN Nº 4.604/17**

ARTIGO 1º



Art. 1º Os recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução.

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

I - observar os princípios de **segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;**

RESOLUÇÃO CMN Nº 3.922/10 e 4.604/17

LDDB
EMPRESAS

PRINCÍPIOS

EU VOU:..... →

- * **SEGURANÇA** "CONTROLAR RISCOS?"
- * **RENTABILIDADE** "BATER A META ATUARIAL?"
- * **SOLVÊNCIA** "RECEBER OU NÃO VOU?"
- * **LIQUIDEZ** "TER DINHEIRO PARA PAGAR?"
- * **MOTIVAÇÃO** "FUNDAMENTOU APRs.....?"
- * **TRANSPARÊNCIA** "DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES?"
- * **ADEQUAÇÃO** "REALIZOU: SOLVÊNCIA, ALM....?"



ARTIGO 1º

ALDB
EMPRESAS

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem: (Continuação)

.....

II - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

Obrigação de toda e qualquer pessoa que estiver envolvida direta ou indiretamente com o RPPS.

ARTIGO 1



§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem:

(Continuação)

.....

III - zelar por elevados padrões éticos;

ARTIGO 1º

ALDB
EMPRESAS

§ 1º Na aplicação dos recursos de que trata esta Resolução, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social devem: (Continuação)

.....

IV - adotar práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando, inclusive, a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes.

ARTIGO 1º – COMENTÁRIO INCISO IV



Aqui fica claro a intenção do legislador em dar uma boa dica a todos os RPPS, que devem, por exemplo, efetuar um Estudo de Casamento do Ativo com o Passivo, também conhecido como Estudo de ALM (*Asset Liability Management*), visando garantir o cumprimento de suas respectivas obrigações atuariais.

ARTIGO 4º

ALDB
EMPRESAS

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º e para avaliação dos riscos.

Os RPPS quando da elaboração de sua Política Anual de Investimentos (PAI), deverá abordar diversos assuntos que não são triviais, mas são de fundamental importância, tais como:

- * **a precificação de seus ativos;**
- * **e as respectivas avaliações de riscos dos mesmos.**

ARTIGO 4º

VLDB
EMPRESAS

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º e para avaliação dos riscos.

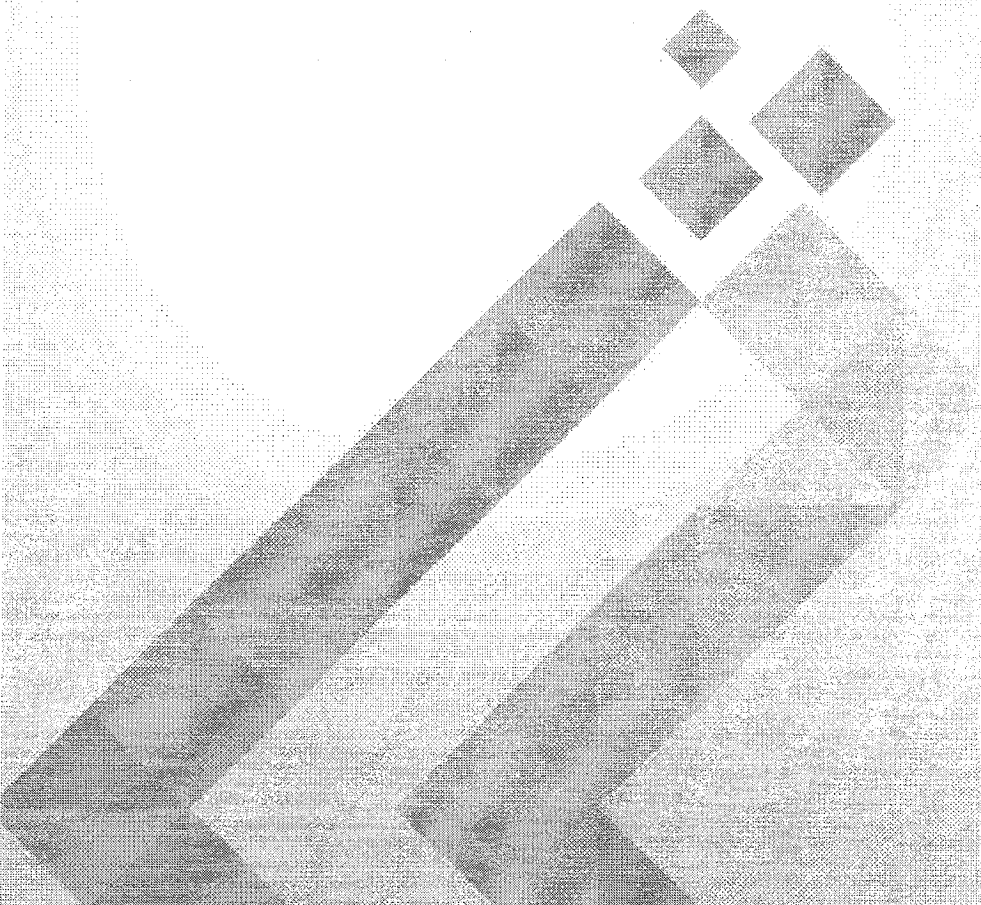
.....

Questões importantes tem que ser entendidas com relação aos 2 critérios de marcação de ativos de seus fundos de investimentos, sejam eles na **curva** (que tiveram respaldo com a Portaria MPS nº 65, de 26/02/14) ou, **à mercado**, conforme estabelece a CVM e, ainda, como cada um dos custodiantes de seus fundos dão preços aos ativos.

PORTARIA MF

Nº 577,

27/12/17



PORTARIA MPS Nº 402/08 + PORTARIA MF Nº 577, 27/12/17

LDDB
EMPRESAS

Art. 16. Para a organização do RPPS devem ser observadas as seguintes normas de contabilidade:

VIII - os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras do RPPS devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir o seu valor real. (Portaria MF nº 577, 27/12/17)

PORTARIA MPS Nº 402/08 + PORTARIA MF Nº 577, 27/12/17



Art. 16. Para a organização do RPPS devem ser observadas as seguintes normas de contabilidade: (Portaria MF nº 577, 27/12/17)

§ 2º: Os títulos de emissão do Tesouro Nacional poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, desde que atendam cumulativamente aos seguintes parâmetros, cuja comprovação deverá ser efetuada na forma definida pela Secretaria de Previdência, conforme divulgado no endereço eletrônico da Previdência Social na rede mundial de computadores - Internet:

I - seja observada a sua compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS;

PORTARIA MPS Nº 402/08 + PORTARIA MF Nº 577, 27/12/17

LDDB
EMPRESAS

Art. 16, § 2º: Os títulos de emissão do Tesouro Nacional:

II - sejam classificados separadamente dos ativos para negociação, ou seja, daqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição;

III - seja comprovada a intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento (ESTUDO DE ALM); e

IV - sejam atendidas as normas de atuária e de contabilidade aplicáveis aos RPPS, inclusive no que se refere à obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos títulos adquiridos, ao impacto nos resultados e aos requisitos e procedimentos, na hipótese de alteração da forma de precificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional.

PORTARIA MPS Nº 402/08 + PORTARIA MF Nº 577, 27/12/17



Artigo 16, § 3º: As operações de alienação de títulos de emissão do Tesouro Nacional realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento.

**(TROCA DE TÍTULOS PARA A LONGA DURAÇÃO DA
CARTEIRA!!)**

ARTIGO 4º

LDB
EMPRESAS

V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º e para avaliação dos riscos.

.....

Com relação à avaliação de riscos, deverão observar: Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Terceirização, Risco Legal e Risco Sistemico e Risco Operacional (não esquecer que as diretrizes para se aderir aos 4 níveis do Pró-Gestão já foram lançadas em 31/01/18, inclusive, para atingir à categoria de investidor qualificado ou à categoria de investidor profissional). Portaria SPREV n° 3.

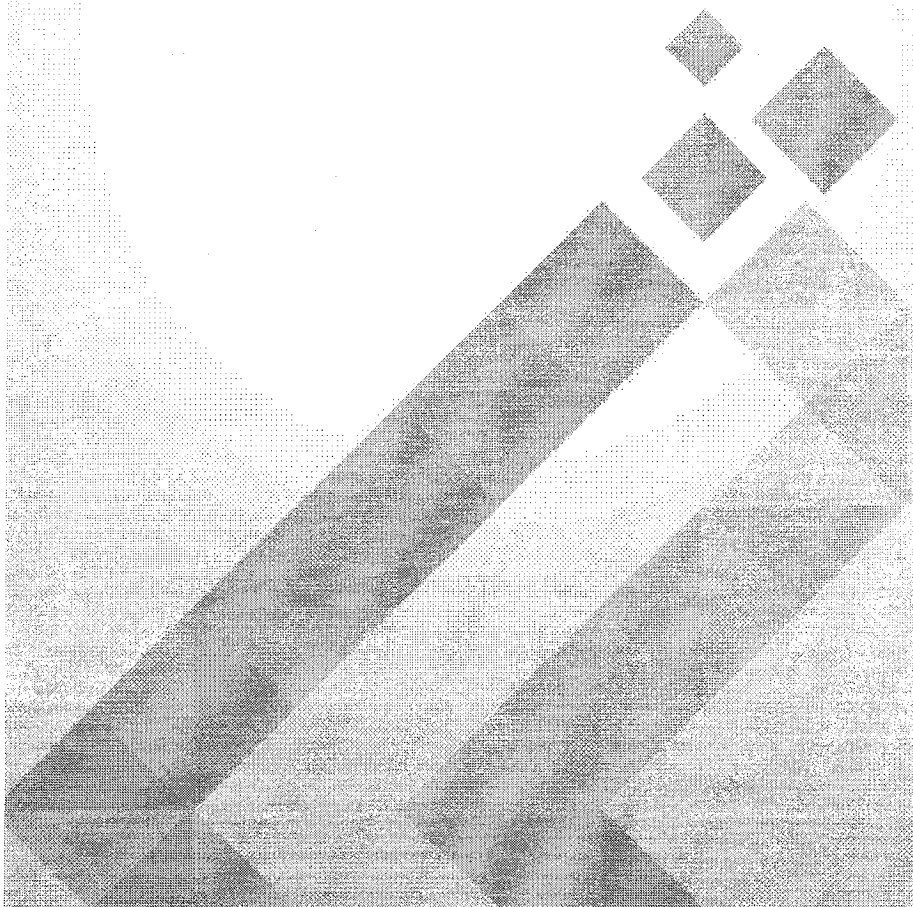
ARTIGO 6º



Parágrafo único. As aplicações e a continuidade dos investimentos nos ativos de que trata o art. 3º deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do regime próprio de previdência social.

Mais uma vez a importância da realização de um **Estudo de Solvência** e de um **Estudo de ALM**.

**TÍTULO
PÚBLICO
FEDERAL**

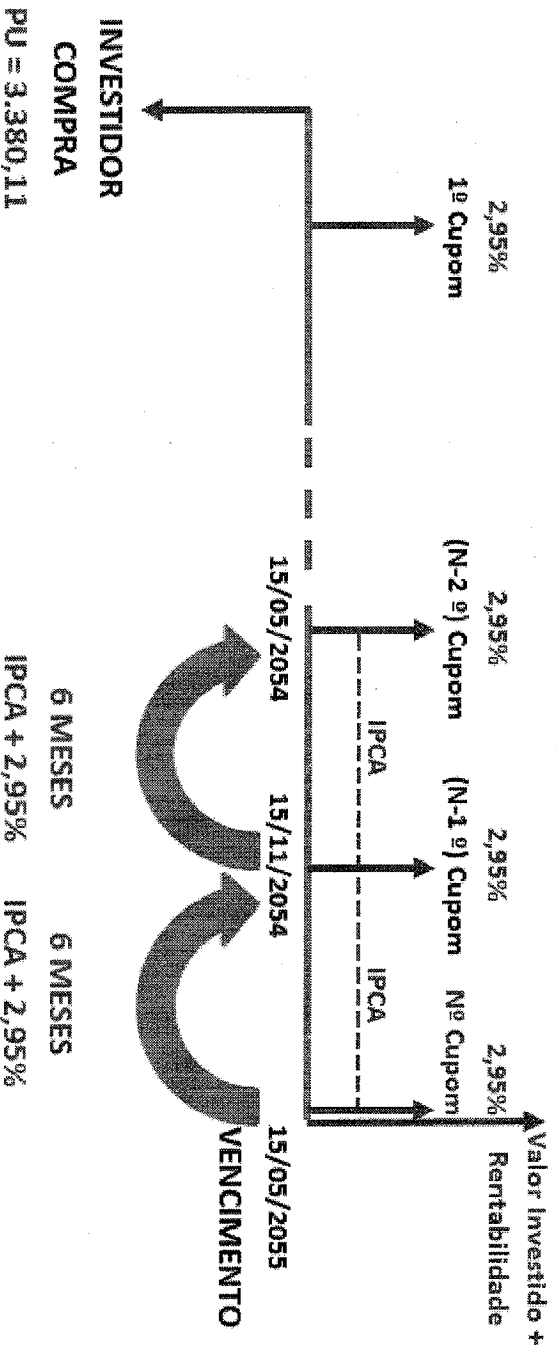


TÍTULOS PÚBLICOS: NTN-B: IPCA + 6% a.a.



NTN-B: IPCA + 5,25% a.a.

Taxa Semestral Equivalente = 2,95% a.s.




TÍTULOS PÚBLICOS: MERCADO de NTNBS 23/02/18



Código SELIC	Data Base/Emissão	Data de Vencimento	Tx. Compra	Tx. Venda	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
							Mínimo (D0)	Máximo (D0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)
760199	15/07/2000	15/08/2018	2,9675	2,9477	2,9578	3.104,448464	2,3202	3,8228	2,2927	3,7984
760199	15/07/2000	15/05/2019	2,6566	2,6400	2,6500	3.228,315153	2,3719	3,0249	2,3218	2,9744
760199	15/07/2000	15/08/2020	3,7466	3,7300	3,7400	3.220,402459	3,4627	4,1322	3,4261	4,0957
760199	15/07/2000	15/05/2021	4,0738	4,0600	4,0700	3.281,184672	3,7878	4,4425	3,7647	4,4195
760199	15/07/2000	15/08/2022	4,5018	4,4852	4,4951	3.243,883716	4,2447	4,8751	4,2197	4,8502
760100	15/07/2000	15/03/2023	--	--	4,6469	3.319,726954	4,4032	5,0261	4,3778	5,0008
760199	15/07/2000	15/05/2023	4,6517	4,6347	4,6470	3.295,615861	4,4051	5,0263	4,3791	5,0003
760199	15/07/2000	15/08/2024	4,6544	4,6339	4,6500	3.287,684822	4,4133	5,0239	4,3874	4,9980
760199	15/07/2000	15/08/2026	4,7600	4,7437	4,7506	3.322,007816	4,5152	5,1112	4,4927	5,0887
760199	15/07/2000	15/08/2028	4,8639	4,8400	4,8500	3.344,941789	4,6253	5,2031	4,6053	5,1831
760199	15/07/2000	15/08/2030	4,9139	4,8885	4,9000	3.370,963791	4,6851	5,2517	4,6651	5,2317
760199	15/07/2000	15/05/2035	5,0494	5,0083	5,0251	3.446,889581	4,8222	5,3713	4,8049	5,3540
760199	15/07/2000	15/08/2040	5,0557	5,0086	5,0272	3.457,923937	4,8374	5,3748	4,8163	5,3537
760199	15/07/2000	15/05/2045	5,1665	5,1182	5,1387	3.491,130960	4,9622	5,4929	4,9328	5,4635
760199	15/07/2000	15/08/2050	5,1531	5,1234	5,1393	3.475,779476	4,9672	5,4924	4,9374	5,4626
760199	15/07/2000	15/05/2055	5,1688	5,1232	5,1406	3.542,214924	4,9734	5,4948	4,9412	5,4627

Papel IPCA

NTNBS - Taxa (% a.a.)/252



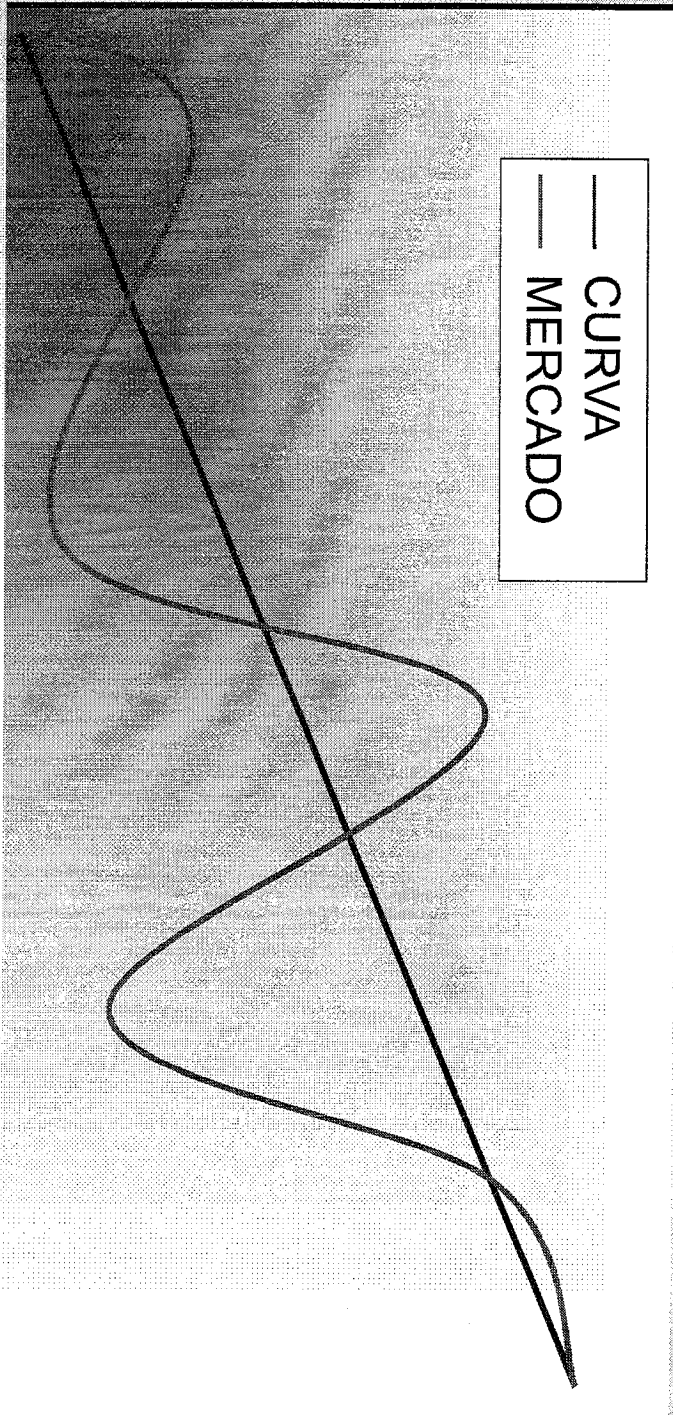
**MARCAÇÃO A
MERCADO
(MTM)**

MARCAÇÃO NA CURVA X MARCAÇÃO A MERCADO

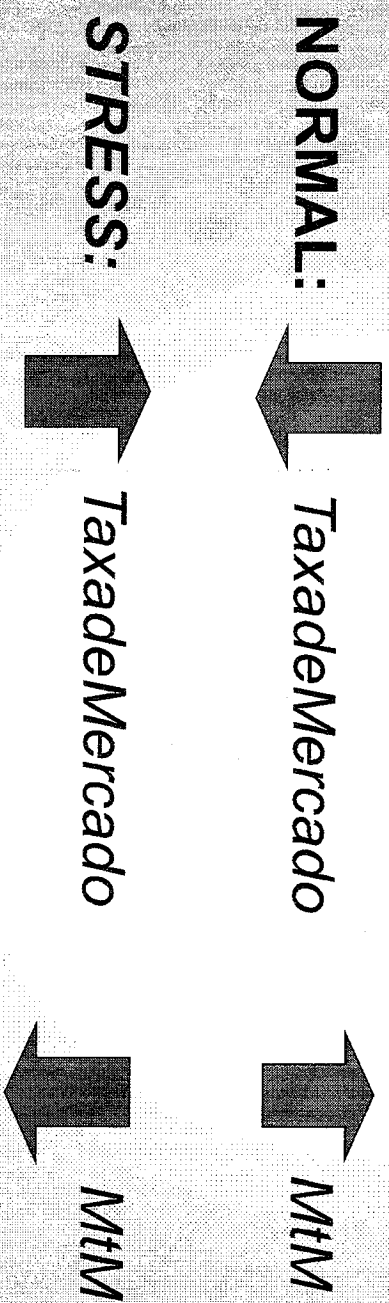
EMPRESAS LDB

RENTABILIDADE

TEMPO



$$MtM = \frac{\text{Valor Final do Ativo}}{(1 + \text{Taxa de Mercado})^{\text{Prazo}}}$$



MTM: MARK to MARKET: MÁGICO: "SOME DINHEIRO"



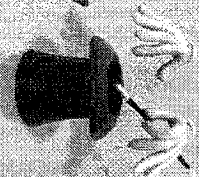
LTN (Pré-Fixado)
VF = R\$ 1.000,00
Juros = 10%
Prazo = 1 ano

$$MtM = \frac{\text{Valor Final do Ativo}}{(1 + \text{Taxa de Mercado})^{\text{Prazo}}}$$

Cenário de Normalidade \rightarrow $MtM1 = \frac{1.000,00}{(1 + 13,75\%)^1} = 879,12$

Cenário de Stress \rightarrow $MtM2 = \frac{1.000,00}{(1 + 14,75\%)^1} = 871,45$

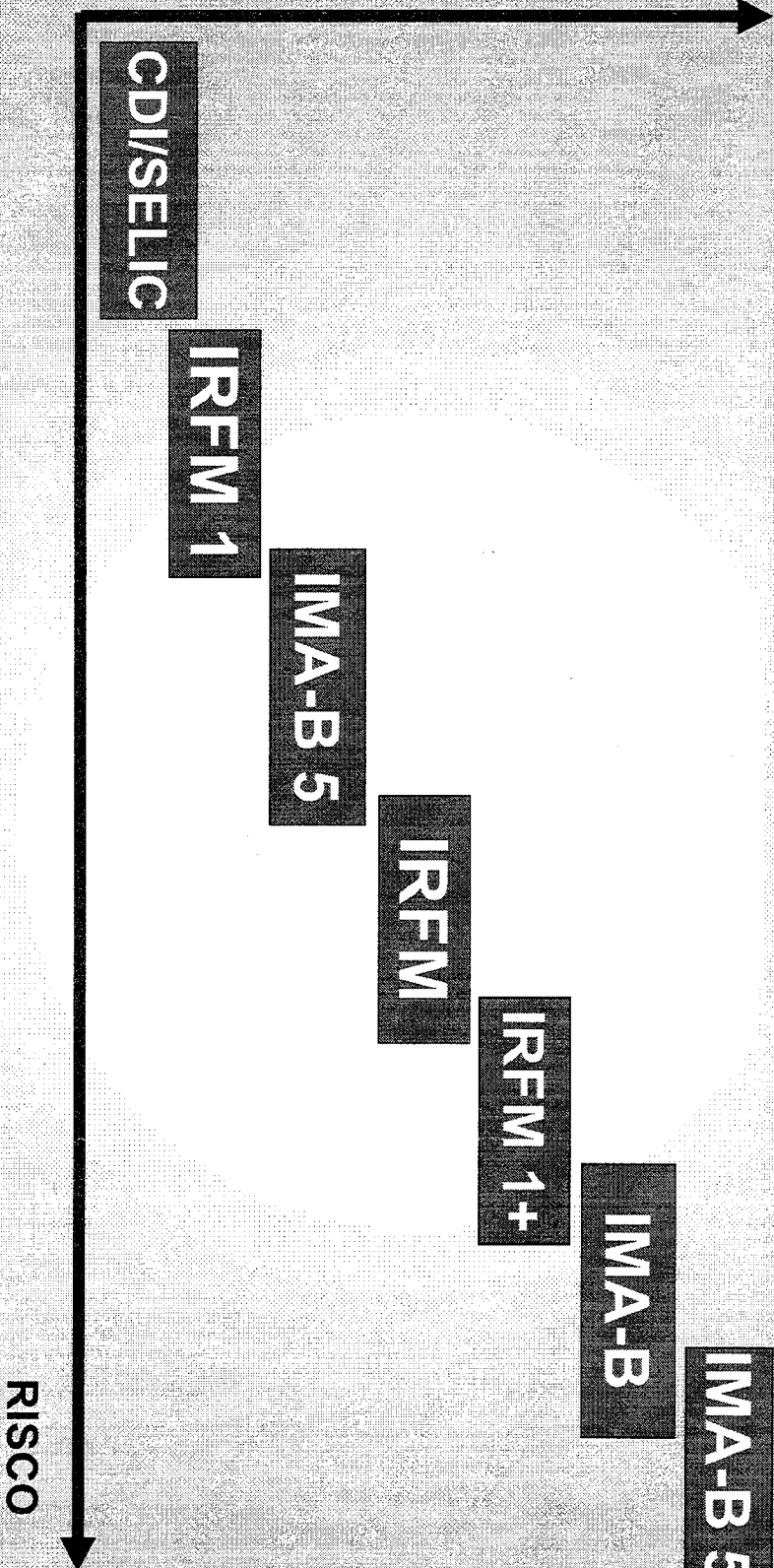
Conclusão: 871,45 < 879,12 Diferença em Reais = R\$ - 7,67



EFEITO ESPELHO: NORMALIDADE

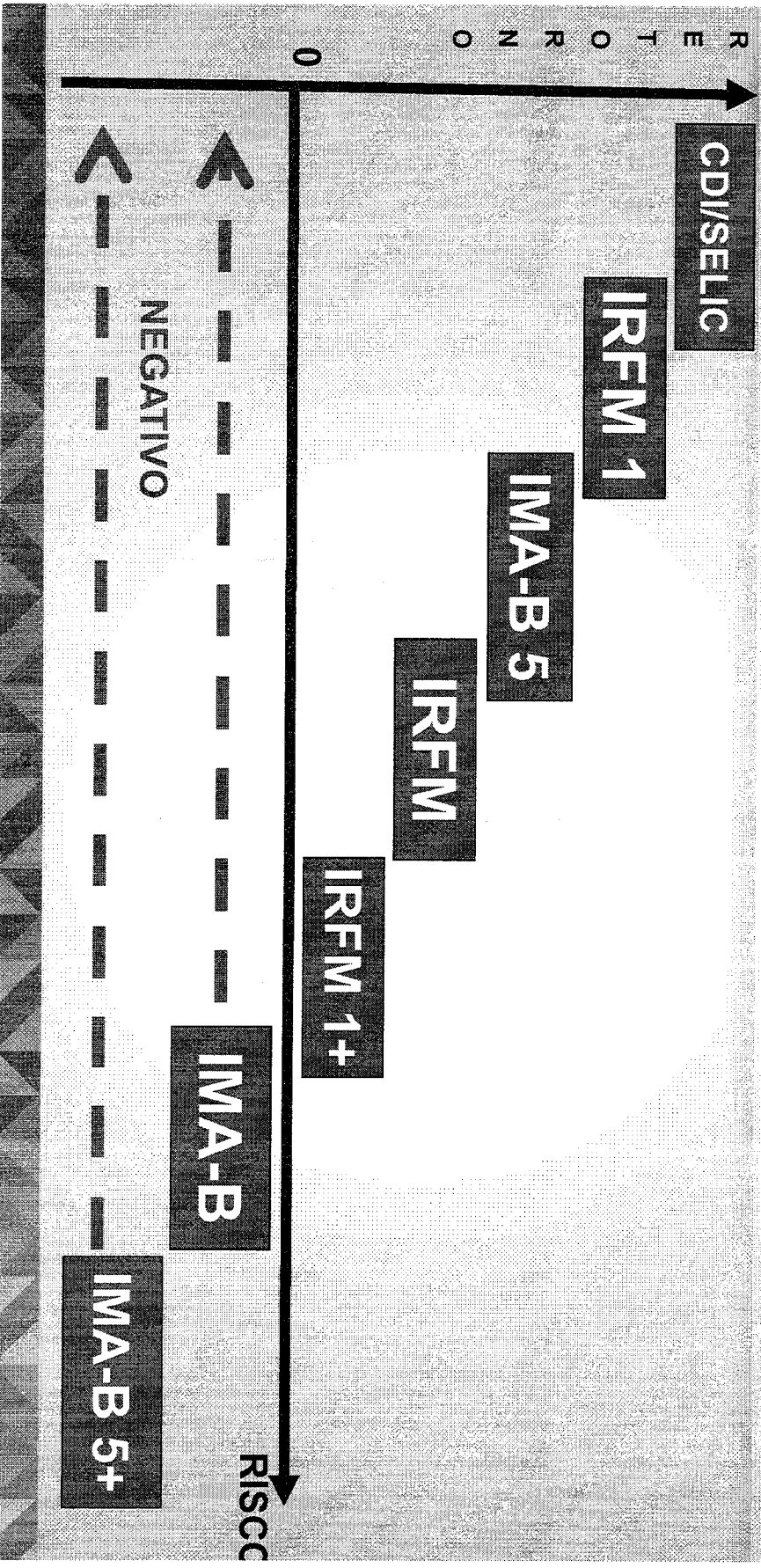


R E T O R N O



R I S C O

EFEITO ESPELHO: CENÁRIO DE STRESS



EFEITO ESPELHO: NORMALIDADE



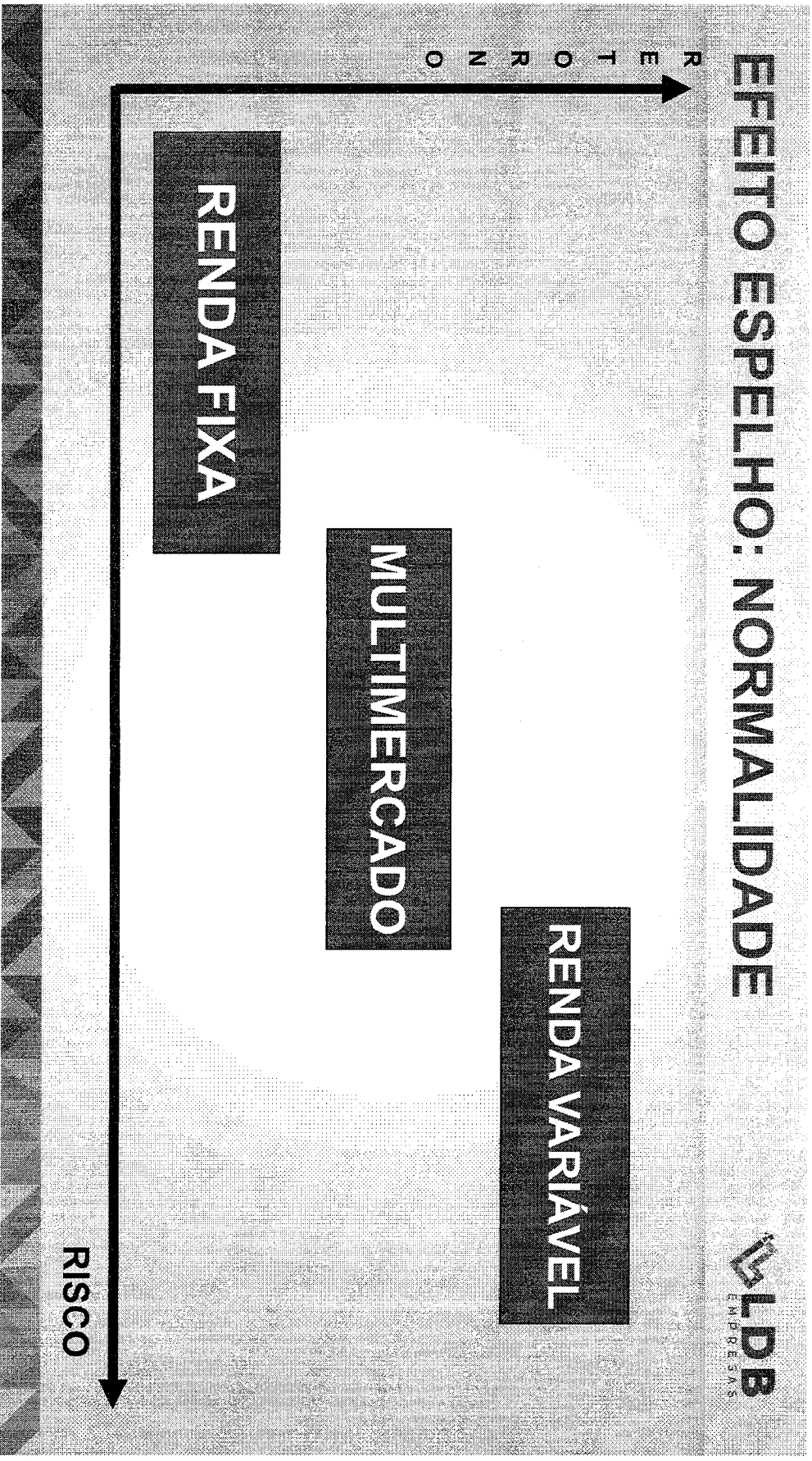
R E T O R N O

RENDA FIXA

MULTIMERCADO

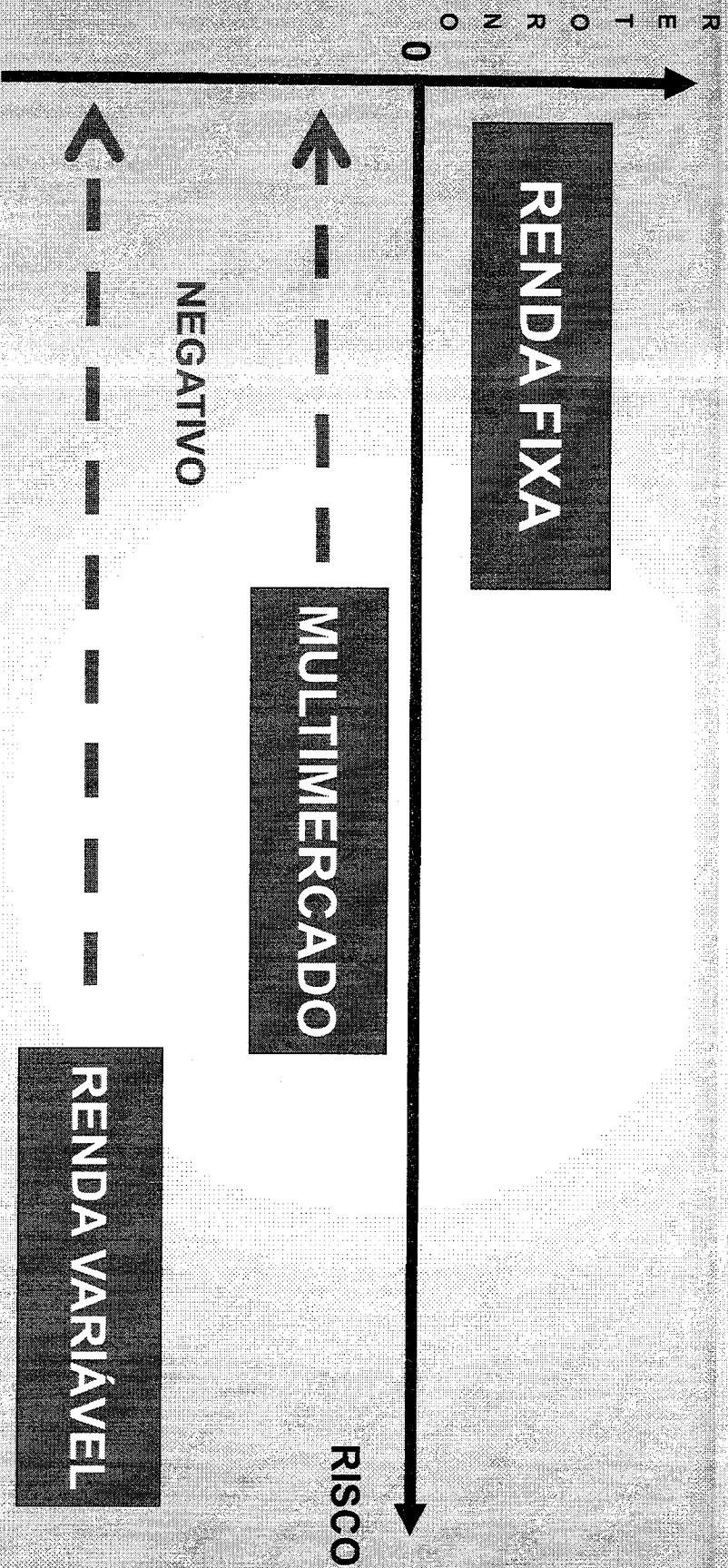
RENDA VARIÁVEL

RISCO

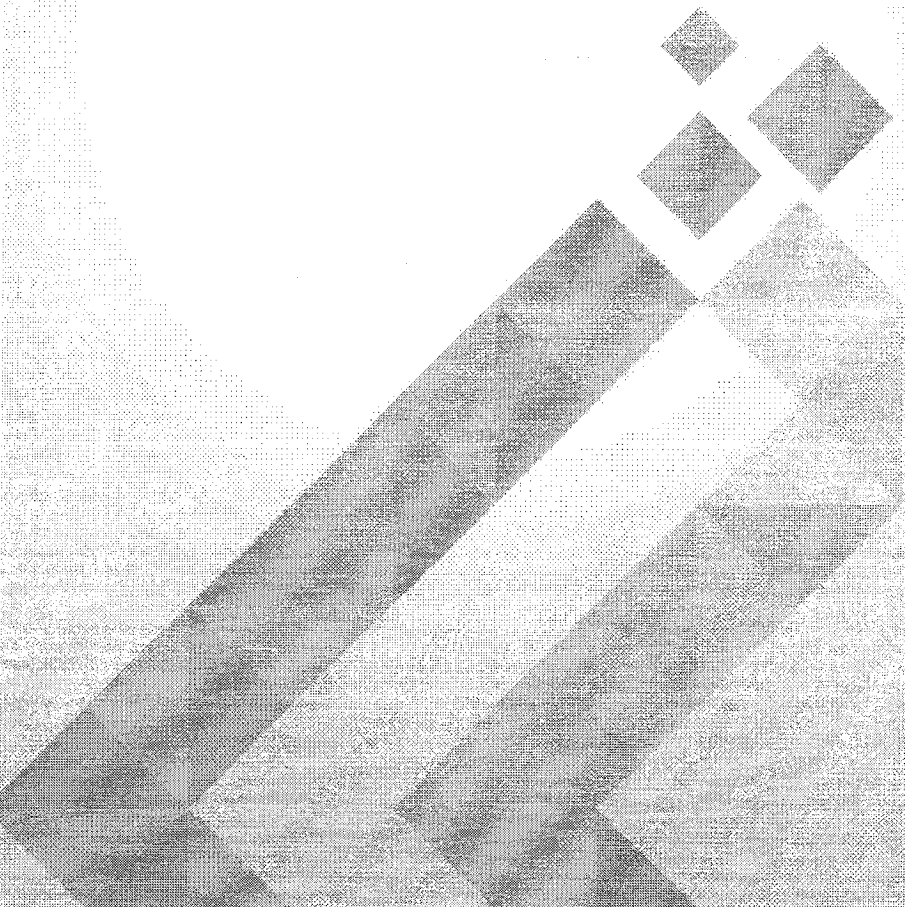


EFEITO ESPELHO: CENÁRIO DE STRESS

VLDB
EMPRESAS



**GERENCIAMENTO
DE
ATIVOS E
PASSIVOS (ALM)**



GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALM LDB

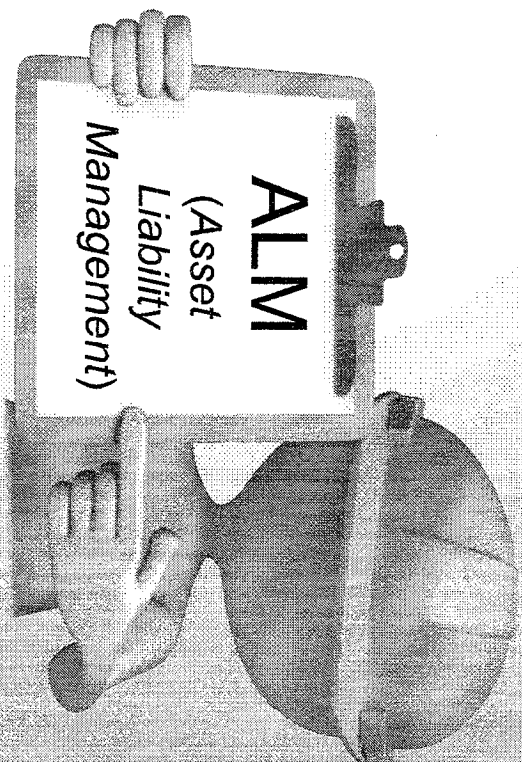
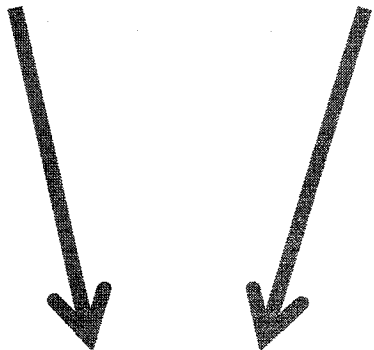
EMPRESAS

RISCOS
FINANCEIROS

ATIVOS

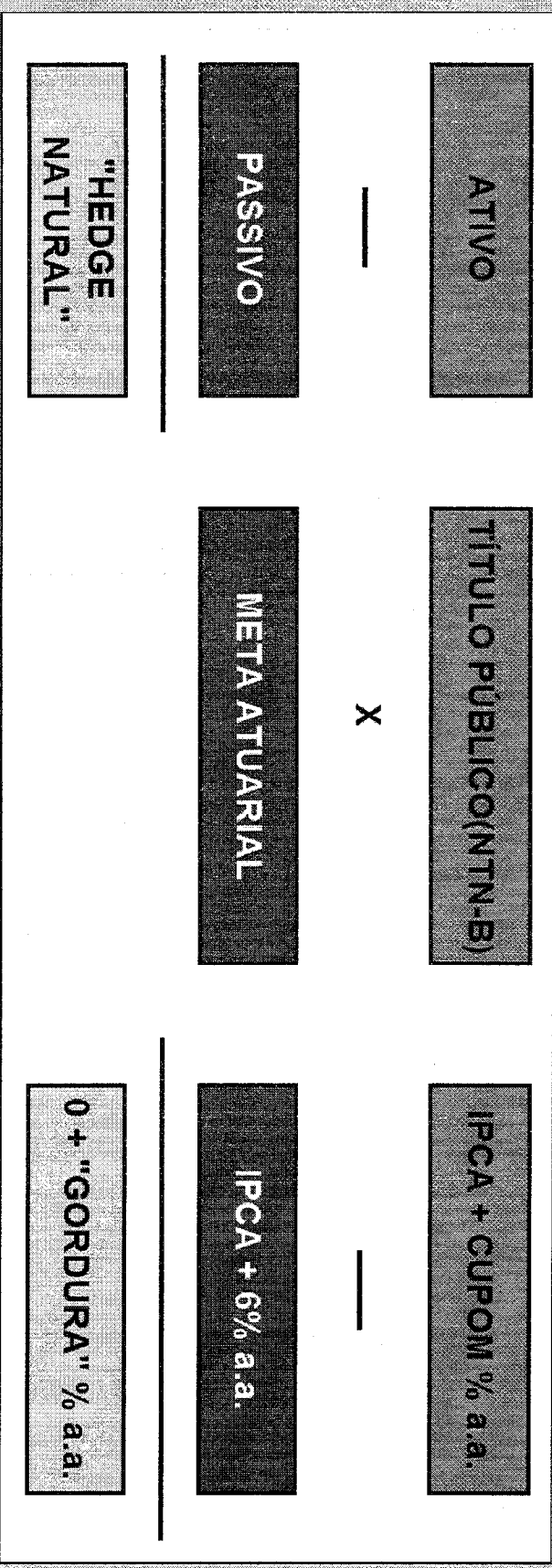
RISCOS
ATUARIAIS

PASSIVO



GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALM LDB

EMPRESAS



GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALMAYLDB

EMPRESA LTDA

CÁLCULO ATUARIAL DO MUNICÍPIO "H"

ANO	RECEITAS "CONTRIBUIÇÕES"	DESPESAS "PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS"	ESTOQUE "PATRIMÔNIO"
2008	2.500.000,00	1.000.000,00	45.000.000,00
2009	2.400.000,00	1.100.000,00	45.500.000,00
2010	2.300.000,00	1.200.000,00	46.000.000,00
2011	2.200.000,00	1.300.000,00	46.500.000,00
2012	2.100.000,00	1.400.000,00	47.000.000,00
2013	2.000.000,00	1.500.000,00	47.500.000,00
.....
.....
2022	1.700.000,00	1.550.000,00	52.500.000,00
2023	1.600.000,00	1.600.000,00	54.000.000,00
2024	1.500.000,00	1.700.000,00	43.500.000,00
.....
.....
2032	1.000.000,00	2.100.000,00	21.000.000,00
2033	900.000,00	2.200.000,00	19.000.000,00
2034	800.000,00	2.300.000,00	17.000.000,00

GESTÃO INTEGRADA DE ATIVOS E PASSIVOS: ALM LDB

EMPRESAS

A Gestão de Ativos e Passivos permitirá avaliar as projeções dos riscos atuariais e financeiros:

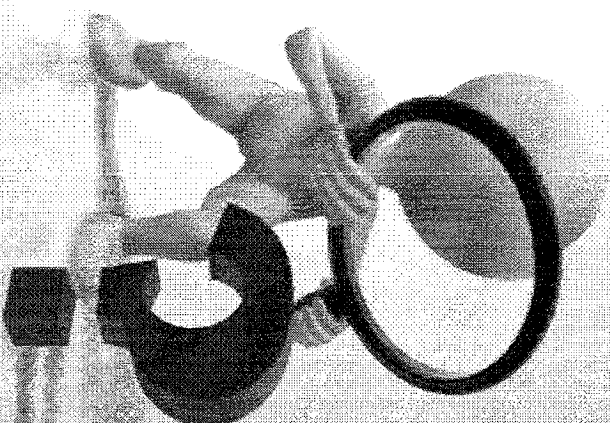
Passivo

- * Mensuração da necessidade de caixa;
- * Projeção das reservas matemáticas.

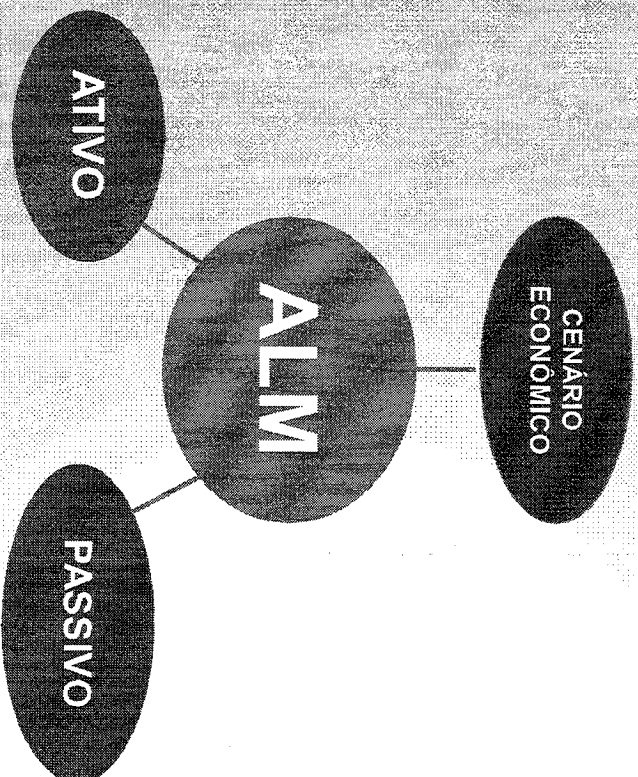
Ativo

- * Controle de liquidez;
- * Acompanhamento da solvência;
- * Projeções de retorno da carteira.

E como tudo isso é analisado?



ALM: ESTRUTURA



Simulação de Cenários

Simulação de retornos e volatilidades

Projeção do Passivo

Valor anual de fluxo de caixa
Valor anual da reserva

Otimização do Ativo

Otimização da carteira
Mitigação de risco de liquidez
Mitigação de risco de solvência
Ponto ótimo entre Risco e Retorno

RESULTADO DO ALM: CARTEIRA ESTRATÉGICA: ÓTIMA



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA X

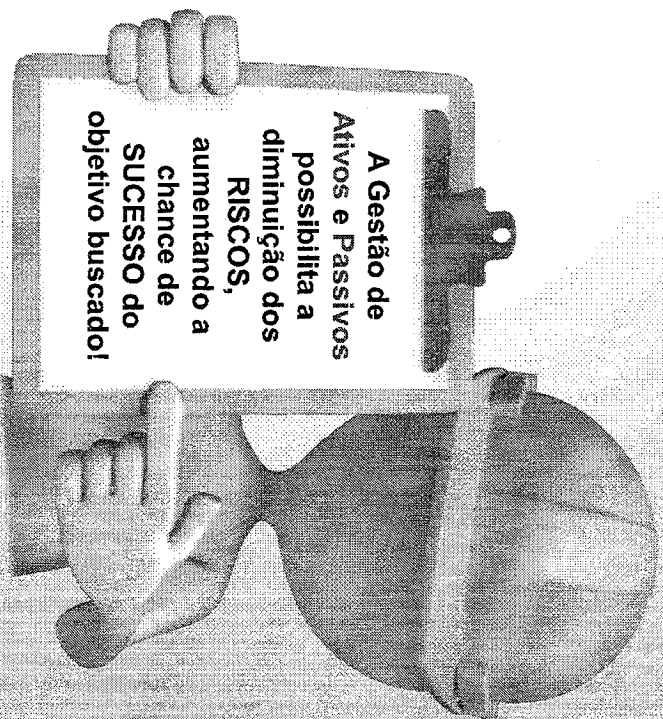
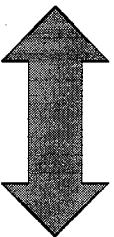
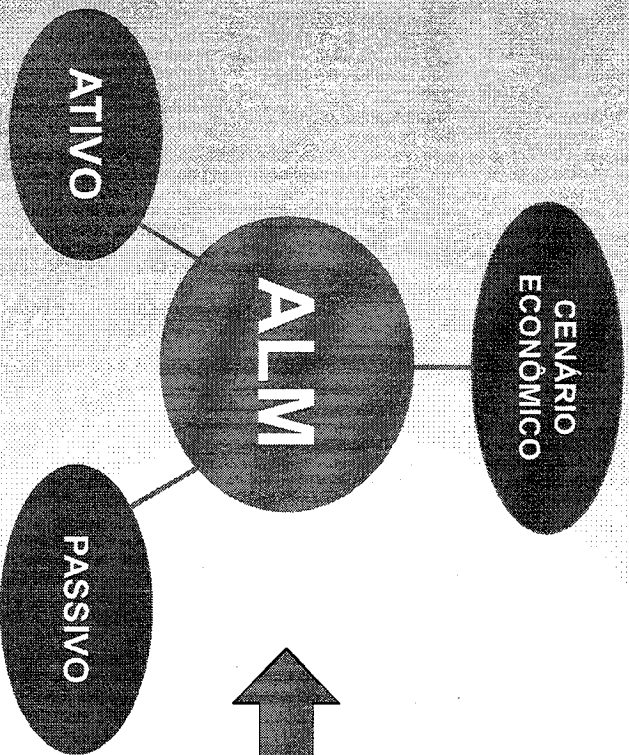
ATIVOS	ALOCACÃO ATUAL	ALOCACÃO OBJETIVO	VARIACÃO	% PL
Fundos de Titulos Públicos	4.675.958,56	14.675.958,56	10.000.000,00	8,53%
Fundos Renda Fixa Referenciados: IMA e IDKA	2.845.493,84	2.845.493,84	-	5,19%
Fundo Renda Fixa Crédito Privado	7.434.045,34	7.434.045,34	-	13,56%
Fundos de Ações Referenciado: Ibovespa	3.843.954,45	245.679,00	- 3.598.281,45	7,01%
Fundos Multimercados	2.543.456,45	2.543.456,45	-	4,64%
Fundo de Participações	1.943.430,45	1.943.430,45	-	3,54%
Fundo de Investimento Imobiliário	2.453.435,65	2.453.435,65	-	4,47%
NTNB 2018	12.345.435,45	10.009.154,57	- 2.336.280,88	22,51%
NTNB 2022	3.274.934,00	-	- 3.274.934,00	5,97%
NTNB 2030	7.743.749,03	5.342.574,45	- 2.401.174,58	14,12%
NTNB 2050	5.734.563,43	7.245.234,34	1.610.670,91	10,46%
TOTAL	54.838.456,65	54.838.456,65	-	100,00%


COMPRAR
AUMENTAR

MANTER

VENDER
DIMINUIR

ALM: CONCLUSÃO





PAULIPREV
JANEIRO 2018
R\$ 1.085.329.632,36

PAULIPREV: JANEIRO 2018: RENDA FIXA



TIPO	ENQUADRAMENTO 4.604/17	VALOR (R\$)	% RPPS	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	RESOLUÇÃO CMN 4.604/17
STN	TÍTULOS PÚBLICOS	245.473.116,44	22,62%	22%	100%
FUNDOS RE SÓ TÍTULOS PÚBLICOS	ARTIGO 7º, INCISO I, "B"	206.148.198,72	18,99%	10%	100%
FUNDOS RE REFERENCIADOS	ARTIGO 7º, INCISO III, "A"	176.570.992,93	16,27%	20%	60%
FUNDOS RE NORMAL	ARTIGO 7º, INCISO IV, "A"	116.353.546,56	10,72%	10%	40%
FIDC	ARTIGO 7º, INCISO VII, "A"	76.234.922,04	7,02%	(7% + 1%)	5%
CREDITO PRIVADO	ARTIGO 7º, INCISO VII, "B"	23.872.846,77	2,20%	3%	5%
TOTAL RENDA FIXA		844.653.623,46	77,82%		

PAULIPREV: JANEIRO 2018: RENDA VARIÁVEL



TIPO	ENQUADRAMENTO 4.604/17	VALOR (R\$)	% RPPS	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	RESOLUÇÃO CMN 4.604/17
FUNDOS RENDA VARIÁVEL PASSIVO	ARTIGO 8º, INCISO I, "A"	0	0		30%
FUNDOS RENDA VARIÁVEL ATIVO	ARTIGO 8º, INCISO II, "A"	103.601.794,94	9,55%		20%
MULTIMERCADO	ARTIGO 8º, INCISO III	48.584.676,98	4,48%		10%
FIPS	ARTIGO 8º, INCISO IV, "A"	62.921.303,15	5,80%		5%
FIS	ARTIGO 8º, INCISO IV, "B"	25.568.233,83	2,36%		5%
TOTAL RENDA VARIÁVEL		240.676.008,90	22,18%		

ICATU



Nome	Patrimônio Líquido	Retorno	Volatilidade	Administrador	Conversão da Cota para Resgate	Taxa de Administração	Gestão	Var
	no dia - diária 15/03/2018	no último mês útil - diária 15/02/2018 até 15/03/2018	nos últimos 360 dias corridos - diária 21/03/2017 até 15/03/2018	no ano - diária 02/01/2018 até 15/03/2018				no mês - diária 01/03/2018 até 15/03/2018
BB DIVIDENDOS FIC AÇÕES	R\$ 485.437.586,65	1,86%	21,63%	16,10%	BB DTVM	D+1	BB ASSET	4,92%
BRADESCO DIVIDENDOS FIC AÇÕES	R\$ 1.387.134.275,02	2,49%	28,74%	18,25%	BEM DTVM	D+1	BRAM	5,24%
CAIXA DIVIDENDOS FIC AÇÕES	R\$ 76.208.143,23	1,85%	21,09%	14,72%	CEF DTVM	D+1	CEF ASSET	5,51%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIC AÇÕES	R\$ 256.605.314,56	2,76%	28,20%	13,57%	BEM DTVM	D+1	ICATU ASSET	4,92%
ITAU DIVIDENDOS FIC AÇÕES	R\$ 227.490.824,50	1,67%	18,43%	17,90%	Itaú Unibanco	D+1	ITAU ASSET	4,20%
SANTANDER DIVIDENDOS VIP FIC AÇÃO	R\$ 19.657.123,43	1,36%	15,66%	17,41%	Banco Santander	D+1	SANTANDER ASSET	4,75%

CURRICULUM VITAE: RONALDO DE OLIVEIRA, M.Sc. LDB

EMPRESAS

Bacharel em Estatística pela Universidade de São Paulo (IME/USP – 1993 à 1997);

* **Estatístico:** CONRE 3ª Região nº 1.649;

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP – 1994 à 1998);

* **Advogado:** OAB/SP nº 162.211;

Mestre em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI/USP – 1999 à 2003);

Bacharel em Ciências Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP - 2003 à 2007);

* **Atuário** IBA nº 2.207.

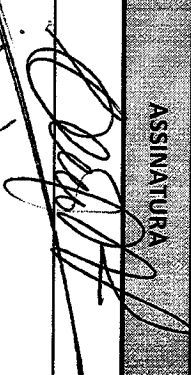








LDDB
EMPRESAS

**MUITO
OBRIGADO!**

RONALDO DE OLIVEIRA
ronaldo@ldbempresas.com.br
11 9 4360-0600
11 3214-0372
Av. Angélica, 2.503, Cj 75 - São Paulo - SP
www.ldbempresas.com.br

LISTA DE PRESEÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
19 de março de 2018 - 18 horas

Reunião Ordinária

SFO	NOME	ASSINATURA
1	ELIETE MARIA DA SILVA	
2	FERNANDO JOSÉ ROVERI	
3	GUILHERME HOFF	
4	MARCELO AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA	
5	NARA MARTINS MORETTI	
6	REGINALDO NAVES	
7	RODRIGO SALVIANO DE SOUZA	
8	SANDRA ARIADNE CASASSA	
9	VALMIR BRUSTOLIN	




Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL

19 de março de 2018 - 18 horas

Reunião Ordinária

SEQ.	NOME	ASSINATURA
1	ADILSON DE ALMEIDA LIMA	
2	FABIO CECCONELO	<i>Fabio Cecconele</i>
3	LIGIAN REGINA KALVON	<i>Ligian Regina Kalvon</i>
4	MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS	<i>Marcia Conde de Souza Campos</i>
5	MÁRCIA REGINA AMBROZINE LOPES DA SILVA	<i>Marcia Regina Ambrozine</i>